

A formação ideológica dos sujeitos humanos*.

Goran Therborn**

Resumo

Este capítulo pretende apresentar uma abordagem geral dos processos de constituição ideológica dos seres humanos como sujeitos pertencentes a um determinado mundo histórico.

Dialética geral da ideologia

A operação da ideologia na vida humana basicamente envolve a constituição e padronização de como os seres humanos vivem como atores conscientes e reflexivos, em um mundo estruturado e significativo. A ideologia opera como discurso que se dirige ou, como diz Althusser, interpela os seres humanos como sujeitos.

Antes de começar a explorar como a ideologia opera na formação dos sujeitos humanos e das formas de subjetividade, uma nota de esclarecimento será útil no que diz respeito à relação destes processos com os da formação da personalidade. A subjetividade de uma pessoa, sua ação como sujeito particular em um contexto particular, deve ser distinguida da sua personalidade ou estrutura de caráter. Personalidade e subjetividade tem, cada uma, sua especificidade e apresentam, uma em relação à outra, tanto autonomia como efeitos recíprocos.

* THERBORN, Göran (1980). *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. Cap. I. London: Verso. Tradução: Jair Pinheiro, sociólogo e doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP, professor da Universidade Cruzeiro do Sul; e Lúcio Flávio de Almeida, professor do Depto. de Política da PUC-SP; ambos membros do NEILS.

** Sociólogo, autor de vários livros, entre eles, *What does the ruling class do when it rules?* e *Science, class and society*.

“Personalidade” ou “estrutura de caráter” está sendo usado aqui como uma designação ampla e vaga dos resultados dos processos psicodinâmicos estudados pela psicanálise e teorias psicológicas divergentes. Estes processos operam sobre um material – energia libidinal e desejos infantis pre-sujeitáveis – e através de amplo mecanismo inconscientes fora da área de competência das ciências sociais e da historiografia. A formação da personalidade mais ou menos, no tempo, com a primeira sujeição-formação dos seres humanos e as interpelações ideológicas constituem uma parte importante dela. Mas a personalidade tem sua temporalidade própria, com estágios cruciais de desenvolvimento psíquico e efeitos duradouros, dependendo de como esses estágios foram vividos.

Uma pessoa age, vive sua personalidade como um sujeito, em diferentes formas de subjetividade que jamais chegam a exauri-la. Sob certas condições, as duas podem mesmo entrar em tensão ou conflito. As formas da subjetividade humana são constituídas pelas interseções do psíquico e do social e podem ser vistas como os aspectos mais exteriores, mais conscientes e socialmente mais mutáveis dos indivíduos.

Althusser apresentou o funcionamento básico de toda ideologia como um sistema quádruplo envolvendo: “1. a interpelação os “indivíduos” como sujeitos; 2. a sujeição deles ao Sujeito; 3. o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, o reconhecimento dos sujeitos entre si, e finalmente o reconhecimento do sujeito por si mesmo; 4. a garantia absoluta de que tudo é realmente assim, e sob a condição de que os sujeitos reconheçam o que são e se comportem, tudo correrá bem: amém-” Assim seja” (Althusser, 1971).

Althusser ilustrou este sistema como referência as ideologias das religiões cristã e judia, nas quais Deus (Javé) é o Sujeito como S maiúsculo. Este esquema me parece deficiente em um aspecto crucial. Não deixa espaço para uma dialética da ideologia. Entretanto, tal dialética já está indicada pela ambigüidade básica da palavra “sujeito”, tanto em francês com em inglês, como Althusser mesmo sugeriu sem pôr em evidência este ponto. O caráter dialético de toda a ideologia poder ser visto como indicado pelos sentidos opostos da palavra *subject* nas expressões “o súdito (subject) do rei X (ou da ordem social Y)” e “o sujeito (subject) da história”. No primeiro sentido, “sujeito” se refere à pessoa que está subjugada a uma força ou a uma ordem particular; no segundo se torna o realizador ou criador de alguma coisa.

Embora mantendo a dualidade interpelação-reconhecimento, sugerimos que a de sujeição-garantia seja substituída por *sujeição-qualificação*. A formação dos seres humanos por toda ideologia conservadora e revolucionária, opressiva ou emancipatória, segundo qualquer critério, envolve um processo que é simultaneamente de sujeição e de qualificação. A

libido amorfa e as múltiplas potencialidades da criança são sujeitadas a uma ordem particular que permite ou favorece certos impulsos e capacidades, e proíbe ou desfavorece outros. Ao mesmo tempo, através do mesmo processo, novos membros se tornam qualificados para assumir e desempenhar (uma determinada parte de) um lado repertório de papéis na sociedade na qual nasceram, inclusive o possível papel de agentes de mudanças sociais. A ambigüidade das palavras “qualificar” e “qualificação” também deve ser observada. Embora qualificados pela interpelação ideológica, os sujeitos também se tornam qualificados para “qualificar”, por sua vez, a interpelação, especificando-a e modificando sua área de aplicação.

A reprodução de qualquer organização social, seja uma sociedade exploradora ou um partido revolucionário, implica uma correspondência básica entre sujeição e qualificação. Aqueles que forma sujeitos a uma padronização particular das suas capacidades, para uma disciplina particular, são qualificados para dados papéis e capazes de levá-los a efeito. Mas, sempre há uma possibilidade inerente de que uma contradição possa se desenvolver entre essas qualificações. Novos tipos de qualificação podem ser requeridos e propiciados, novas habilidades que se chocam com as formas tradicionais de sujeição que se chocam com as provisões das qualificações ainda necessárias. Os efeitos de uma contradição entre sujeição e qualificação são a oposição e a revolta ou o subdesempenho e a renúncia.

O duplo processo de sujeição e qualificação envolve interpelação por, e reconhecimento em um Sujeito central – seja ele Deus, pai, razão, classe ou algo mais difuso – que modela o superego dos sujeitos e fornece-lhes ego-ideais. Dada a orientação social e política deste ensaio, não tratarei de todos os aspectos psicanalíticos e lingüísticos deste processo, (Coward e Ellis, 1977) concentrando-me no funcionamento social básico de sujeição-qualificação. Isto envolve *três modos fundamentais de interpelação ideológica*. As ideologias sujeitam e qualificam os sujeitos dizendo-lhes, relacionando-os com, e fazendo-os se reconhecerem:

1) o que existe, e seu corolário, o que não existe: isto é, quem somos o que é o mundo, a natureza, a sociedade; e como são os homens e as mulheres. Desta maneira adquirimos um sentido de identidade, tornando-nos conscientes do que é real e verdadeiro; assim a visibilidade do mundo é estruturada pela distribuição de luzes, sombras e escuridão.

2) o que é bom, certo, justo, bonito, atraente, agradável e seus opostos. Desta maneira nossos desejos tornam-se estruturados e normatizados.

3) O que é possível e impossível. Nosso sentido de mutabilidade de nosso ser-no-mundo e as conseqüências das mudanças são modelados e se confirmam nossas esperanças, ambições e medos.

Estes modos de interpelação têm importantes dimensões espaciais e temporais. Assim, as interpelações do que existe incluem tanto ideologias sobre o que existiu quanto uma inserção do presente em uma cronologia como parte de uma corrente (para adiante e para trás) um ciclo ou uma imobilidade infinita. “O que é possível” pode abranger desde a infinidade do meramente conceptível à realidade presente. No caso das ideologias do que é bom e certo, o espaço é mais decisivo que o tempo. Algo pode ser bom e justo em todo o lugar, em algum lugar, aqui ou alhures.

A totalidade destes três modos de interpelação constitui a estrutura elementar do processo ideológico de sujeição – qualificação; mas, em qualquer discurso dado a estratégia discursiva eles podem atribuir diferentes pesos ou relevâncias. Do ponto de vista do seu funcionamento na conservação ou mudança social, os três modos de interpelação formam uma cadeia lógica de significações.

Três sucessivas linhas de defesa de uma dada ordem podem ser estabelecidas. Primeira, pode-se argumentar que certas características esta ordem existem, enquanto outras não: por exemplo, riqueza, igualdade e liberdade, mas não pobreza, exploração e opressão. (As características usualmente selecionadas dependem das ideologias predominantes sobre o que é justo). Segunda, se esta linha de defesa não se sustenta mais e a existência de características negativas tem de ser admitida, pode-se argumentar que o que existe é, apesar de tudo, justo, por exemplo, porque os pobres e sem poder são desajustados e merecem os fracassos por eles mesmos obtidos, os únicos culpados. Terceira, mesmo a existência da injustiça, pode (ou deva) ser admitida, mas então pode-se argumentar que uma ordem mais justa não é possível ou, no mínimo, não já. Correspondente a esta lógica de conservação, há também uma lógica de mudança. Para comprometer-se com a mudança de algo, deve-se antes saber o que existe e, portanto, ter em mente se o que existe é bom. E antes de decidir fazer algo em relação ao mau estado das coisas, deve-se estar convencido que há alguma mudança realmente factível. A escala de tempo, claro, é decisiva para as estimativas e concepções das possibilidades.

Essas três interpelações e sua recepção tendem a estar empiricamente entrelaçadas, porém o desembaraçamento de sua lógica interna salienta alguns importantes defeitos e omissões na abordagem tradicionais das ideologias e do poder. A Abordagem liberal dos estudos das ideologias políticas, incluindo a preocupação com o “consenso” e com a “legitimação”, tem se concentrado exclusivamente no segundo modo de interpelação. Concepções sobre a boa sociedade, forma de governo ou regime, ignorando os padrões de conhecimento e ignorância; e de ambições, esperanças e medos. A tradicional preocupação marxista com a “consciência de classe” inclinou-se a focar exclusivamente os dois primeiros aspectos da formação ideológica,

negligenciando o terceiro. Porém, é perfeitamente possível ser um membro extremamente consciente de uma classe explorada sem ver qualquer possibilidade de pôr um fim à exploração. A formação dos sujeitos da luta de classes envolve, no que diz respeito aos membros da classe explorada,; um processo de sujeição –qualificação em que as tarefas de produzir a mais-valia são realizadas e a existência de uma dominação de classe é reconhecida, assim como seu caráter injusto e a possibilidade de resistir a ela. Da parte dos membros de classe exploradora, a formação dos sujeitos da luta de classes exige uma sujeição-qualificação para realizar as tarefas da exploração, um reconhecimento de que esta é a coisa certa a fazer e que pode ser defendida.

Subjetividade e papel: breve digressão sobre a Teoria dos papéis

Começamos este capítulo com uma observação sobre a relação entre o sujeito e as formas de subjetividade e personalidade. Agora faremos uma breve exposição de como os conceitos aqui se relacionam com um outro conceito, o de “papel”. Ao passo que a questão da personalidade nos conduz à fronteira da psicologia e da psicanálise, a do “papel” nos leva à sociologia e à psicologia social.

As definições de papel se multiplicam nas disciplinas acadêmicas da sociologia e da psicologia social. Genericamente, entretanto, referem-se a comportamentos normativamente esperados de pessoas ocupantes de uma posição social particular¹. Este é um conceito chave na sociologia parsoniana, e mais ainda na pós-parsoniana. O enfoque psicossocial sobre o comportamento pessoal e relações interpessoais em termos de definição de papéis e de desempenho de papéis usualmente aparece sob o nome de teoria de papéis. No mínimo, nas ocasiões em que falamos de formas de subjetividade nos referimos à corrente sociólogos ou psicólogos sociais que, provavelmente, teriam falado de papéis. Qual a razão para a introdução de um novo conceito neste ensaio?

Três razões são de suma importância. Primeiro, o conceito sociólogo de papel está embutido em uma concepção particular de sociedade, uma visão idealista e personalista, na qual o comportamento social é visto exclusivamente como definido normativamente e as relações sociais apenas como relações interpessoais. O que se perde, neste caso, são as classes e a materialidade das relações econômicas e tecnológicas. Os teóricos dos papéis fala de papel ocupacional mas não de papel de classe e, corretamente, já que não há definição normativa de classes na sociedade capitalista, nem definição

¹ Sobre a teoria do papel, ver B. J. Biddle e E.J. Thomas, eds, *Teoria do papel: conceitos e pesquisas* (Nova York, 1966), R. Dahrendorf, *Homo Sociologicus* (4th ed, Köln and Opladen 1964), T. Sarbin – V. Allen “Teoria do Papel”. In: G. Lindsay and E. Aronson, eds. *Handbook of social psychology* (2nd ed., readin Mass, 1968) vol. I.

normativa de mais-valia e da sua extração. Somente fora da problemática sociológica da comunidade ideológica podemos falar de “papéis” de classe, definidos por relações específicas de produção e que funcionam com base em forças particulares de produção. Segunda, a problemática do “papel” é uma das demandas a serem respondidas pelos indivíduos. A orientação é, portanto, basicamente estática. Inerente ao duplo sentido do sujeito, por outro lado, está sempre presente a possibilidade de transcender dados papéis pessoais e sociais. Por exemplo, podemos falar de sujeitos de luta de classe e sujeitos de mudança social, porém, dificilmente de “papéis” no mesmo contexto. Terceira, a problemática do “papel” é profundamente não dialética. Ela se volta para a definição papéis, aprendizado de papéis, desempenho de papéis e conflitos externos – entre personalidade e papéis – esperados ou entre diferentes e possíveis papéis de um mesmo indivíduo. A problemática do sujeito e as formas de subjetividade, em contraste, se salientam a unidade intrínseca e o conflito possível dos processos opostos de sujeição e qualificação.

O universo ideológico: as dimensões da subjetividade humana

Se devemos avançar rumo a um entendimento firme e sistemático da relação entre classe e ideologia e, mais amplamente, sobre o que determina a geração e articulação das ideologias, então devemos tentar desenhar um mapa estrutural do universo das ideologias como um todo. Em vista da enorme variedade de ideologias passadas e presentes isto pode parecer uma tentativa inteiramente impossível, condenada a um inglório fracasso. Apesar de tudo, o risco será enfrentado. Claro, qualquer tentativa de estruturar o universo ideológico só pode ser feita apenas em um alto nível de abstração. Mas, como pode ser demonstrado deve ser exaustiva e pode capacitar-nos a situar o problema da ideologia de classe em um quadro de referência sistemático e abrangente.

Definimos a operação da ideologia em termos da constituição da subjetividade humana. Segue-se, portanto, que ao procurar pela estrutura do universo ideológico, deve-se procurar as dimensões da subjetividade humana. No nível mais geral, parece que duas dimensões do ser-no-mundo como um sujeito consciente podem ser distinguidas. Estas, podem, por sua vez, ser ordenadas em torno de dois eixos: um refere a s “ser”, o outro a “no mundo”. Assim, “ser” um sujeito humano é algo existencial – ser um indivíduo sexuado, em um ponto particular do seu ciclo de vida, relacionando-se com outros indivíduos sexuados de diferentes gerações, em certo ponto do ciclo de vida deles, (existencial parece mais adequado do que o biológico para designar o primeiro aspecto do ser, desde que estejamos preocupados com o lado significativo da sua subjetividade). É , também, algo

histórico –ser uma pessoa que existe somente em certas sociedades, em certo ponto da história humana; dizer-se um xamã, um arrecador de impostos, um ferreiro, um futebolista. Ser “no-mundo” e tanto *inclusivo* (ser um membro de um mundo significativo) quanto *posicional* (ter um lugar particular no mundo em relação a outros membros dele; ter um gênero ou idade particular, uma ocupação, uma etnia, e assim por diante).

Minha tese é que estas quatro-dimensões constituem as formas fundamentais da subjetividade humana e que o universo das ideologias é exaustivamente estruturado por quatro tipos de interpelações que constituem estas quatro formas de subjetividade. Podemos ilustrar a estrutura do universo ideológico por meio da tabela simples de quatro elementos.

O universo das interpelações ideológicas

Subjetividade de “no-mundo”	Subjetividade do “ser”	
	Existencial	Histórica
Inclusiva	1	2
Posicional	3	4

Como não existem palavras dotadas de suficiente generalidade, os quatro principais tipos de ideologia são provisoriamente designados apenas por números. A próxima tarefa, portanto, é remover a cobertura de anonimidade destes números; para concretizar os seus sinônimos: a inclusiva-existencial, a inclusiva-histórica, a posicional-existencial e a posicional-histórica.

1) *Ideologias inclusivo-existenciais*. Este tipo de discurso ideológico fornece significados relacionados ao ser um membro do mundo, i.e., o significado da vida, do sofrimento, da morte, dos cosmos e da ordem natural. O que diz respeito ao que é a vida, o que é bom ou mal na vida, o que é possível na existência humana, e se há uma vida após a morte. O modo mais comum de tratamento discursivo destas questões são as mitologias, as religiões e os discursos morais seculares. Estes discursos podem variar enormemente, não apenas no conteúdo, mas também na elaboração desde os grandes sistemas religiosos e mitológicos às muito freqüentes e difusas concepções e um propósito para a vida apresentadas nas sociedades secularizadas do capitalismo contemporâneo avançado.

2) *Ideologias inclusivo-históricas*. Por meio destas, os seres humanos são constituídos como membros conscientes de um mundo social histórico. Estes mundos são indefinidos em número e variedade e é apenas a propósito de ilustração que poderíamos mencionar as formas de tribos, vilas, etnias, Estado, nação, igreja. A teoria política burguesa usualmente se concentra sem tais entidades, dirigindo-se aos membros (cidadãos) do Estado, em contraste com a interpelação posicional que se dirige ao príncipe típica dos ideólogos feudais. A teoria política burguesa fala aos cidadãos o que é o Estado, o que é a boa ou a má política e o que é possível ou impossível politicamente. Virtualmente, qualquer coisa pode definir o pertencimento a um mundo social. Mais ainda, as definições e demarcações dos mundos sociais se justapõem, competem e se chocam umas com as outras. A história política medieval européia, por exemplo, foi, em larga medida, uma história de competição entre os mundos sociais justapostos de estados dinásticos e da igreja. Também deve ser observado que o pertencimento a um mundo social não apenas conflita com o pertencimento a outros, mas também coexiste com eles em hierarquias variáveis de dominação e subordinação. Por exemplo, pode-se simultaneamente ser um cidadão estadunidense, católico, italiano, membro da classe trabalhadora, residente de uma vizinhança particular e membro de um grupo particular de parentesco.

Desde que as ideologias inclusivas definem o pertencimento ao mundo significativo e, portanto, delineiam uma demarcação entre o pertencimento ou não, também são ideologias de *exclusão*. “Excluídos”, aqui, pode-se referir, por exemplo, a uma vida desprovida de sentido (entretanto definida) estranhamento em relação a Deus, não pertencimento à tribo, etnia, nação, Estado, e assim por diante.

3) *Ideologias posicional-existenciais*. A ideologia posicional sujeita o indivíduo a (e o qualifica para) uma posição particular no mundo no qual ele é um membro. As posições mais significativas do mundo existencial, os aspectos mais importantes de dadas estruturas na existência humana, são aquelas delineadas pelas distinções eu/outro, de gêneros e pelos ciclos de vida da infância, juventude, maturidade e velhice. Portanto, as ideologias posicional-existenciais constituem formas de sujeitos de individualidades masculinas e femininas, de idade e de envelhecimento. A partir daí, essas ideologias dizem ao indivíduo o que ele é, em contraste com outros, o que é bom e possível para ele.

4) *Ideologias posicional-históricas*. Os seres humanos também ocupam posições no mundo social histórico. As ideologias posicional-históricas formam os membros de uma família na estrutura de famílias e linhagens, os habitantes de uma localidade particular numa região geográfica mais ampla, os ocupantes de um status educacional particular, os praticantes de uma ocupação ou um estilo de vida particulares, os que ocupam posições

de poder político (e os que não ocupam), os membros de diferentes classes. As posições podem ser diferenciadas e vinculadas em termos de simples diferenças, em termos de gradação hierárquica ao longo de um critério contínuo particular, de complementaridade, de competição e de conflito frontal.

Três importantes aspectos do universo ideológico devem ser observados. Primeiro, as distinções feitas acima são analíticas. Não representam as ideologias como elas concretamente aparecem e são denominadas na linguagem cotidiana. Elas podem exibir mais de uma das quatro dimensões ao mesmo tempo ou em contexto diferentes. Uma ideologia religiosa, por exemplo, não é apenas uma ideologia inclusiva-existencial. Em sociedades parcialmente secularizadas ou multireligiosas elas também operam como ideologia histórico-posicional. O nacionalismo pode ser tanto uma ideologia inclusiva quanto posicional-histórica, neste último caso constituindo sujeitos de uma posição no interior de um sistema internacional. A principal ênfase de uma dada ideologia nacionalista pode incidir em um outro caso. Inversamente, em algumas tendências do movimento trabalhista, particularmente o anarco-sindicalismo revolucionário, a “classe” se tornou mais uma ideologia inclusiva do que posicional. O adversário é visto não tanto como ocupante de uma posição de dominação no interior de um modo de produção particular, mas como um alienígena, um corpo supérfluo externo à classe dos produtores. Nesta perspectiva, a revolução é vista mais como um despacho, uma deportação dos parasitas alienígenas do que como uma transformação da sociedade. Como disse um proeminente anarquista espanhol, “após a revolução...os trabalhadores terão de fazer o mesmo que fizeram no dia anterior” (Citado por Fraser, 1979: 545). Segundo, eu sustentaria que os tipos de ideologias identificadas são exaustivas e irredutíveis. Uma implicação disso, particularmente importante para os marxistas terem em mente, é que o universo ideológico nunca é redutível a ideologias de classe. Mesmo na maioria das sociedades de classes polarizadas e com forte consciência de classe, as outras formas fundamentais de subjetividade humana coexistem com as subjetividades de classe. Inescapavelmente, o sexo e a idade são especialidades dos indivíduos humanos ideologicamente constituídos por ideologias existencial-posicional. E o sentido da vida de uma pessoa e do mundo é uma questão existencial, não inteiramente explicável por relações de produção, mas, preferencialmente, orientado por ideologias inclusivo-existenciais de religião e moralidade secular.

Também se deve ter em mente que, por definição, as ideologias posicionais sempre se referem no interior de um mundo mais amplo, partilhado em comum com ocupantes de outras posições. Uma classe, por exemplo, forma parte tanto de um modo de produção comum assim como

suas classes opositoras exploradoras ou exploradas e/ou (no caso da pequena burguesia ou do campesinato patriarcal, cada qual apoiando um modo de produção não explorador) existente no interior de uma formação social histórica composta por várias classes. É, portanto, natural – e não uma aberração de consciência de classe subdesenvolvida - que ideologias de classe coexistam em ideologias inclusiva-históricas, constituindo os sujeitos da totalidade contraditória de um modo de produção e/ou formação social exploradora.

Terceiro, a multidimensionalidade irreduzível das ideologias significa que um aspecto decisivo das lutas ideológicas e das relações ideológicas de força é a articulação de um dado tipo de ideologia com outros. A eficácia de uma dada religião, por exemplo, terá de ser entendida em sua articulação, explícita ou implícita, com ideologias históricas, posicionais e inclusivas. No movimento operário, a concepção estratégica da luta ideológica de classe sobre a articulação de classe com outros tipos de ideologias, foi elaborada por Kollontai e Reich, no que se refere a ideologias existenciais. E foi principalmente Gramsci que explorou as articulações das ideologias inclusivas nacionais.

Ego e alter-ideologias

Existe um outro aspecto das ideologias e da sua operação que raras vezes tem sido observado. As ideologias posicionais têm um caráter intrinsecamente duplo: no processo de sujeição-a-e-qualificação-para uma posição particular, o sujeito se torna consciente das diferenças entre ele mesmo e os outros. Agora, esta distinção é particularmente relevante até mesmo como a ideologia dos sujeitos dominantes é referida, pois dominação designa precisamente uma particular e decisiva relação com o outro. A ideologia sexista machista deve, assim, ser vista tanto como uma ego-ideologia de masculinidade quanto como uma alter-ideologia de feminilidade. (esta dualidade é inerente a toda subjetividade específica de gênero e não é necessariamente sexista). O mesmo é verdadeiro para as ideologias posicional-históricas. A ideologia da burguesia dominante, por exemplo, deve ser analisada tanto como uma ego-ideologia, constitui os sujeitos da burguesia em si, e como uma alter-ideologia, que domina ou se empenhando em dominar a formação dos sujeitos das outras classes. Nas comunidades primitivas isoladas as ideologias, as ideologias inclusivas tenderam a não ter alter-dimensão: o que estava fora do seu próprio mundo caos ou o nada. Nos mundos sociais mais desenvolvidos e interrelacionados, entretanto, as ideologias inclusivas também têm um alter-componente nos infieis, nos pagãos e assim por diante.

As alter-ideologias se referem à dimensão ideológica da forma na qual o indivíduo se relaciona com o outro: para as percepções do outro e das relações com ele ou ela. Nas relações de poder e dominação, a alter-ideologia dos sujeitos dominantes é traduzida na tentativa de moldar o dominado de acordo com a imagem que o dominante tem dele e, também, na resistência à oposição dos dominados. É desta maneira que a dominação é assegurada. A alter-ideologia do dominado, embora também envolva uma percepção e uma avaliação das diferenças entre ego e alter, se inclina para a resistência ao outro, mais do que para sua própria constituição. Esta diferença está inscrita na assimetria da dominação.

Faz tempo que os estudantes de relações de raça ou de etnia e do sexismo têm reconhecido esta dualidade nas ideologias, embora, na maioria das vezes, sem teorizá-las explicitamente. Muito menos atenção tem sido dada a este problema nas análises de classe, mas ela é essencial para o entendimento da constituição ideológica dos sujeitos da luta de classe e da colaboração de classe.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. (1971) "Ideology and Ideological State apparatuses". *Lenin and philosophy*. London, NLB.
- BIDDLE, B.J. and THOMAS, E. J. (eds) (1966) *Role Theory: concepts and research*. New York.
- COWARD, R. and ELLIS, J. (1977). *Language and materialism*. London.
- DAHRENDORF, R. (1964). *Homo sociologicus*. 4th ed. Koln and Opladen.
- FRASER, R. (1979). *The Blood of Spain*. New York.